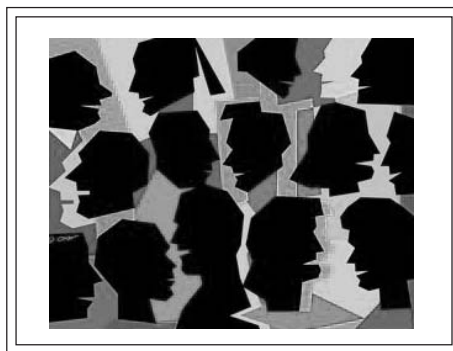


O FEL DAS PALAVRAS: O DOCE JUGO DO SARCASMO



João Carlos Cattelan



© Pedro Aquino

1. INTRODUÇÃO

Alguns textos e autores são emblemáticos. Não que o sejam para todos, potência de universalização e de recepção unanimemente avaliativa, mas, frente a alguns leitores, eles logram torná-los cativos e se manterem insidiosamente presentes, sempre que uma reflexão é levada a efeito, o que não significa que a sua presença se imponha como grade analítica, mas como uma concepção que parece espriar-se por todos os mirantes de observação. No meu caso, dentre outros, quatro textos (três autores) têm logrado se manter vivos e atravessar os estudos que realizo: valho-me dos mesmos (textos e autores) para este estudo. Os autores são Mikhail Bakhtin (1979), Michel de Certeau (1994 e 1995) e Roland Barthes (1992). Os textos: “O ‘Discurso de Outrem” (In: *Marxismo e filosofia da linguagem*), “As Revoluções do ‘Crível” (In: *A cultura no plural*) e “Fazer Com: usos e táticas” (In: *A invenção do cotidiano*) e “Aula”.

Nos entremeios destes textos e autores e pela busca de outros que tratam da polifonia, do dialogismo e da heterogeneidade, no que se refere à ironia, busco desenvolver, aqui, um percurso de reflexão sobre a relação entre esta estratégia discursiva e o que a mesma revela em termos da derrocada de uma perspectiva política. Busco mostrar, além disso, que, quando produzida, ela não revela menos que o desacordo com uma credibilidade, “o ar que torna uma sociedade respirável” (Cf. Certeau, 1995, p.23) e que, por polemizar com um discurso, ela indica que um efeito de sentido já não circula com a facilidade de períodos em que se simulava uma suposta transparência, literalidade e naturalização de leitura: no fundo, um acordo.

Em *As Revoluções do Crível*, Michel de Certeau produz uma passagem que tem a força de sintetizar e anunciar profeticamente o que discuto: que a ironia, menos do que uma mera estratégia discursiva, que deve ser percebida para a compreensão do efeito de sentido do discurso, revela o desacordo com uma compreensão de mundo: uma tática polemológica e política, no caso do texto que analiso: revelação da perda de uma crença. Diz o autor:

O profeta Ezequiel, hábil na construção de uma língua imaginativa, fornece-nos, a esse respeito, uma “visão” que, atualmente, toma um outro significado, porém sempre terrível. Ele vivia no tempo em que Jerusalém, conquistada pelos babilônios, estava à mercê de deportações e onde os cidadãos poupados acreditavam ter se tornado a elite ao permanecer, eles próprios, dentro dos muros sagrados. O profeta viu o carro dos quatro querubins da “glória” de Javé se elevar acima do Templo e abandonar a cidade. O Espírito desertava da cidade. Esvaziara-se o sentido do edifício das instituições, e aqueles que o ocupavam “sustentavam” apenas pedras, um solo e aparatos – possessão ilusória do espírito. Para Ezequiel, o invisível solo de seu povo havia deixado essa terra e tomado o caminho dos exilados (Certeau, 1995, p. 29).

2. A IRONIA

Dentre as formas de percepção de como se constitui um discurso, uma delas tem sido incontestável: a mesma advoga que, mais do que emergindo de uma ilha original e ainda não observada, um discurso se faz pela relação que estabelece com outros: voz sobre vozes, tons sobre tons, notas que se fazem acorde. O sujeito, mais do que se içar pelos próprios cabelos do pântano onde se encontra imerso, constituir-se-ia pela relação dialógica e interacional que estabelece com outras vozes que o atravessam e que, às vezes, por serem excessivamente numerosas, acabam por construir uma folha, apenas aparentemente branca, sobre a qual é necessário escrever-se em fogo negro, lavrando-se contra as lacunas em branco que

restam nas páginas escritas, faladas ou desenhadas, em que o se mostrar, além de constituir uma experiência narcisística de exposição, ou, quem sabe, por isso, é absolutamente primordial para a experiência de viver, em que a patologia do outro determinativo pode ser superada. Para Dominique Maingueneau, o dialogismo, ou seja, a relação com o outro, é o “fundamento de toda discursividade”, e as irrupções reconhecidas no tecido textual, as múltiplas formas de heterogeneidade mostrada, não são menos do que a manifestação denegadora de uma força do discurso, a heterogeneidade constitutiva, o que não significa ter que admitir que, então, o sujeito seja apenas o outro: o próprio termo “heterogeneidade” pressupõe o eu e o outro e não apenas um desses personagens discursivos: ambos mutuamente constitutivos (Cf. Maingueneau 1989, p. 111).

Dentre as múltiplas formas de heterogeneidade mostrada, uma delas interessa para este trabalho: a de ironia, considerada, dependendo da linha teórica que a considere, como uma estratégia discursiva, uma forma de citação, de heterogeneidade ou de polifonia, assim como uma das maneiras de o dialogismo ocorrer. Maingueneau assim a define: “um enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do ‘locutor’, a voz de um ‘enunciador’ que expressa um ponto de vista insustentável. O ‘locutor’ assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam” (Maingueneau, 1989, p. 77). Ou seja: uma ocorrência irônica faria, concomitantemente, serem ouvidas duas vozes, em contraposição, em desacordo: a do locutor que representa uma outra voz (não necessariamente ocorrida, empírica) em relação à qual se mantém em recuo e a do enunciador que teria produzido um enunciado com que o locutor não se identifica. O locutor simula esta voz, que não é sua, marcada por algum índice de distanciamento, sobre a qual ele imprime um efeito de ridicularização ou de deboche, fazendo ouvir a sua voz, elevando-se à condição de enunciador e se tornando responsável por um ponto de vista.

Oswald Ducrot, em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, também trata

da ironia sob a perspectiva de que ela se constitui a partir da superposição de vozes distintas, polifônicas. Seu postulado básico é a de que a tese da “unicidade do sujeito falante”, de que cada enunciado possui um, e somente um autor, deve ser questionada. Para o autor, há enunciados “para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente” (Ducrot, 1987, p.161). Para construir a sua concepção de polifonia, Ducrot elabora os conceitos de *Locutor* e de *Enunciadores*. Enquanto o primeiro seria “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (Ducrot, 1987, p. 182), os segundos seriam “estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido literal do termo, suas palavras” (Ducrot, 1987, p. 192). Na visão de Ducrot, que é basilar para quase todas as concepções de ironia que a vêem não só como uma técnica lingüística ou retórica, mas como um princípio criador de efeitos de sentido discursivos, a ironia ocorreria pelo fato de o sentido do enunciado representar a enunciação como sendo constituída por vozes providas de regiões distintas da significação.

Um enunciado irônico se caracterizaria por fazer ouvir simultaneamente duas vozes (penso que sejam três): um enunciador, centro de perspectiva, foco do sentido e expressão de um ponto de vista, que sustenta uma visada (expressa ou não: neste caso, o locutor brinca de adivinho e telepata) inconsistente, frente à qual o locutor, além de relatá-la, distancia-se dele, produzindo uma voz paralela e que pode criar vários efeitos de sentido: ridicularização, contestação, humor, contraposição, comicidade, sarcasmo, questionamento, dentre outros. A ironia teria duas vozes superpostas: a do enunciador, cujo princípio de crença é questionado e a do locutor, que se responsabiliza por este distanciamento.

Parece razoável, porém, pleitear que a ironia se compõe de três vozes, entendendo

que, se a mirada for a do ponto de vista discursivo, o locutor, que não quer ser conivente com uma visão de mundo, ao recusá-la ou colocar sob descrença, assimila-se a um enunciador que lhe dá amparo, uma voz social que o sustenta e o faz assumir outro lastro de crença ou apoio coral (Cf. Bakhtin, 1979). Além de perceber a ironia como portadora de uma terceira voz, ou seja, de um locutor e de dois enunciadores, aspecto crucial para a análise a seguir, outros dois pontos são relevantes: o primeiro, a percepção de que a “fala” ironizada não precisa corresponder a um enunciado efetivamente produzido, empírico; o segundo, o fato de que, se os enunciados irônicos forem tomados no seu efeito de sentido “literal” (a literalidade não é mais do que um efeito de sentido), eles perdem o seu caráter de crítica, humor ou sarcasmo, dependendo, portanto, do conhecimento enciclopédico e da competência do leitor para adquirirem o efeito de distanciamento: estratégia significativa, já que permite ao locutor dizer sem que possa ser acusado de tê-lo feito, embora sempre restem indícios materiais que permitem a defesa da ocorrência da ironia. Além disso, um alerta final é necessário: a ironia, aqui, será percebida como constitutiva de um acontecimento discursivo, o que significa vê-la como transcendendo a pura situação pragmática extraverbal e entrando no terreno das condições de produção, com tudo que decorre da consideração das mesmas: ou seja, a colocação em cena daquilo que ultrapassa a situação imediata da ocorrência linguageira.

3. O OBJETO DE ANÁLISE

Embora longo e não aproveitado em todos os enunciados, julgo oportuno transcrever integralmente o texto que uso, para não passar a idéia de ter selecionado recortes que estariam adequados aos meus objetivos. Seleciono, porém, apenas alguns enunciados, pelo fato de, neles, a ironia, o sarcasmo e a derrisão serem mais evidentes que em outros.

O texto, *No divã da dona Marta*, de João Mellão Neto, foi publicado pela *Folha de São*

Paulo, na página A2, no dia 06 de abril de 2001. O tema efetua uma apreciação “particular” em relação aos primeiros cem dias de um administrador público: seus problemas, suas dúvidas e sua ambientação, por fim, aplicando a reflexão à prefeita do município de São Paulo, Marta Suplicy, da qual menciona iniciativas e mostra não estar de acordo, tratandolas de forma irônica e produzindo o distanciamento de que falam os teóricos. Cabe afirmar uma vez mais que, embora, aqui, a ironia seja analisada como estratégia pragmática, ligada a uma situação comunicativa, é como discurso que a considero, o que põe o termo “particular”, acima, entre aspas e que permite a análise adiante. Eis o texto e os enunciados destacados.



NO DIVÃ DE DONA MARTA

João Mellão Neto

Na próxima terça-feira, dia 10, dona Marta Tereza completa seu centésimo dia de gestão. O registro, aqui, não tem nada de cabalístico. Cem dias é o prazo de trégua que a imprensa norte-americana concede aos novos governos. Durante esse período, a praxe jornalística é apenas registrar atos e fatos, abstendo-se de qualquer comentário, interpretação ou opinião. Entendo como razoável. É açoitado exigir planos de governo ou estabelecer perfis de gestão de um governante quando este ainda está ocupado com pequenos, porém cruciais, detalhes funcionais.

Alguns são triviais: onde fica o toailete de autoridades? Quem está credenciado a usá-lo?

Que botão apertar no PABX, para chamar a secretária? E o motorista?

Existe algum restaurante por perto? Pode-se debitar a conta no Erário?

Outros são um pouco mais complexos: em que casos se deve usar “memorando”, “circular”, “ordem interna”, “portaria” ou “decreto”?

A que conclusão, afinal chegou a assessoria jurídica neste parecer? O que quer dizer este SMJ, no final? (“Salvo melhor juízo”, ou melhor, “Não me comprometo”...).

E há, também, aqueles que requerem um certo “jogo de cintura”: a quem se deve conceder ou recusar audiências? Como abreviar, educadamente, as que se prolongam demais?

Como recusar requerimentos na constrangedora presença dos requerentes?

O que fazer com os “amigos íntimos” que aparecem sem hora marcada?

São detalhes, é verdade. Mas sem equacioná-los a tarefa de governar se torna impossível. E não há manual que ensine como proceder.

Mas – entende-se – cem dias é tempo suficiente para se estabelecer uma rotina eficaz. Daí para a frente cabe ao governante a precípua missão de governar.

O que se pode dizer, então, dos primeiros cem dias da psicoprefeita dona Marta Suplicy? Muitas coisas. A principal é que ela tem realizado – digamos assim – uma psicogestão ...

Que ela, aqui, não nos leve a mal. Em um século e pouco de República, já tivemos, em São Paulo, nada menos que uns 60 prefeitos: autocratas, aristocratas, tecnocratas e, há quem diga, até psicopatas. Psiquiatra, ou melhor, psicóloga, é a primeira vez. Skinner, Roger, Moreno e mesmo Reich, foram, todos eles, brilhantes perscrutadores dos meandros da psique. Mas da urbe, ao que se sabe, nenhum deles cuidou. É natural, assim, que a transposição – de um campo ao outro – de suas idéias não se dê sem traumas ou mal-entendidos...

Mas a nossa arrojada alcaidessa, felizmente, não tem dado ouvidos a essas intrigas da oposição. Segue firme em seu intento “marx-freudiano” de, por meio da catarse coletiva, libertar os oprimidos dos seus grilhões. É de lastimar que a massa – tosca e ignara – não responda aos estímulos de tão requintados métodos de gestão.

Poder-se-ia esperar uma acolhida melhor por parte da imprensa. Afinal, os jornalistas são – ou deveriam ser – pessoas esclarecidas. Mas, não! Ao analisar, ontem o balanço de 90 dias da nova administração, os jornais não demonstraram por ela o menor entusiasmo. Ativeram-se, todos eles, aos velhos e obsoletos critérios de avaliação: a cidade continua esburacada, o enxugamento da máquina administrativa se resumiu a meia dúzia de cargos de confiança, nenhuma das promessas de campanha foi ainda concretizada, pouco – ou quase nada – se fez em áreas tais

como saúde, educação, habitação, transportes, lixo, etc.

Não apenas a mídia, mas até mesmo a nossa plebe – rude e mesquinha – tem sido injusta com a dra. Marta. Haja vista o que ocorreu com o “Projeto Belezura”. Ninguém captou o apelo catártico pretendido. Dona Marta, ao pincelar as paredes do Estádio do Pacaembu, realizou um gesto de enorme carga simbólica. A partir da sua emblemática atitude, todos os paulistanos deveriam, motivados, complementar, voluntariamente, a iniciativa. A começar pelo estádio, caberia ao povo, num êxtase de cidadania, proceder à pintura de São Paulo inteira.

Qual o quê! Nem bem a prefeita partiu, todos os “pintores” se evadiram com ela. Coube à Prefeitura, de modo frustrante, terminar sozinha a tarefa que era de todos. Não bastasse isso, no dia seguinte, neuróticos pichadores se encarregaram de estragar o serviço. E nunca mais se falou em beleza alguma. Dona Marta é bela ... Feio é o povo.

Mas a maior das desfeitas ainda estava por ocorrer.

Todos sabem quão caras são as sessões de psicanálise. Embora constituam um serviço básico de saúde pública, no Brasil, infelizmente poucos são os que podem recorrer a elas. Pois a dra. Marta, numa corajosa iniciativa democrática, pôs o benefício à disposição de toda a população da cidade! No “dia do psicodrama”, nada menos que centenas de equipes de terapeutas e psicodramaturgos se instalaram por toda a nossa polis, permitindo a todos os cidadãos o precioso conhecimento de suas próprias neuroses. A própria alcaidessa deu o exemplo, prestando graciosamente um serviço que, em seu consultório, não custaria menos de R\$ 200,00.

O povo – sempre ele –, em vez de aproveitar aquela oportunidade única, esquिवou-se da terapia como o diabo foge da cruz...

É, dona Marta, infelizmente, aqui, no Brasil, as pessoas são demasiado rudes para entender uma prefeita como a senhora ... Essa gente só pensa em posto de saúde, ônibus e buraco de rua. Faça votos de que a senhora não desanime. Em 2002 haverá eleições em Viena!

PT. Psicossaudações!

Como se percebe, o texto é todo irônico; às vezes, de forma mais enfática; outras, de maneira mais sutil. O efeito de ironia o atravessa desde o título (*No divã da dona Marta*) e a descrição dos problemas iniciais com que a governante se deparou (*pequenos, porém cruciais, detalhes funcionais*), até às iniciativas que ela desencadeou e não teve a resposta esperada, por não virem de encontro aos anseios da “plebe” (*até mesmo a nossa plebe – rude e mesquinha – tem sido injusta com a dra. Marta e a maior das desfeitas ainda estava por ocorrer*). Mas ele se torna mais efetivamente irônico a partir do décimo segundo parágrafo (*O que se pode dizer... uma psicogestão*). Eis os enunciados que acho importante destacar:

- 1) Mas a nossa arrojada alcaidessa, felizmente, não tem dado ouvidos a essas intrigas da oposição.
- 2) É de lastimar que a massa – tosca e ignara – não responda aos estímulos de tão requintados métodos de gestão.
- 3) Ativeram-se, todos eles, aos velhos e obsoletos critérios de avaliação: a cidade continua esburacada, o enxugamento da máquina administrativa se resumiu a meia dúzia de cargos de confiança, nenhuma das promessas de campanha foi ainda concretizada, pouco – ou quase nada – se fez em áreas tais como saúde, educação, habitação, transportes, lixo, etc.
- 4) Não apenas a mídia, mas até mesmo a nossa plebe – rude e mesquinha – tem sido injusta com a dra. Marta.
- 5) Dona Marta, ao pincelar as paredes do Estádio do Pacaembu, realizou um gesto de enorme carga simbólica. Todos os paulistanos deveriam, motivados, complementar, voluntariamente, a iniciativa.
- 6) Não bastasse isso, no dia seguinte, neuróticos pichadores se encarregaram de estragar o serviço.
- 7) Dona Marta é bela ... Feio é o povo.
- 8) Pois a dra. Marta, numa corajosa iniciativa democrática, pôs o benefício à disposição de toda a população da cidade!
- 9) É, dona Marta, infelizmente, aqui, no Brasil, as pessoas são demasiado rudes para entender uma prefeita como a senhora ...

Analiso um deles, para a demonstração de como a ironia se processa nos demais. Seja o de número um: *Mas a nossa arrojada alcaidessa, felizmente, não tem dado ouvidos a essas intrigas da oposição*. Penso que seja razoável admitir que, nele, três vozes se fazem ouvir concomitantemente: a primeira, que afirma, de forma séria e estrutural (de maneira literal, digamos, para efeitos de clareza), que a prefeita é *arrojada*, que ela, *com razão*, não tem levado em consideração o que dizem de sua administração e que tais dizeres não passam de *intrigas da oposição*, velha prática de fazer política no Brasil, que busca denegrir a imagem de quem está no poder; a segunda, que, discordante, põe sob suspeita o arrojo da prefeita, considera como infeliz a sua pouca vontade de ouvir as críticas que são feitas ao seu governo e considera como razoável o que é dito sobre a sua gestão. Mas esta segunda voz, a do locutor, que não pactua com a primeira, a de outro enunciador (empírico ou não, não é um problema), não está sozinha em seu pensar: ela recolhe e se faz porta-voz de um canto que não é produzido por si mesma e pontualmente: ela se ampara numa voz coletiva e difundida que, após cem dias de governo da prefeita, já teria razões para reclamar. Ela representa as vozes dos descontentes que teriam razões para demonstrarem um indício (se os políticos soubessem ouvi-los) de perda de credibilidade. É possível representar este estado de coisas, aproximadamente, da seguinte maneira:

- E**₁ (primeira voz): *A nossa arrojada alcaidessa, felizmente, não tem dado ouvidos a essas intrigas da oposição.*
- E**₂ (segunda voz): *A nossa autoritária alcaidessa, infelizmente, não tem sabido ouvir reivindicações que são justas e coerentes.*
- L**₁ (terceira voz): *A voz de **L**₁, que se representa no enunciado como o seu produtor e que se assimila à segunda voz, pondo a primeira à distância.*

Penso que não seja difícil repetir a operação nos demais enunciados: em todos, podem-se ouvir as três vozes distribuídas acima. Em todos, como afirma Michel de Certeau, percebe-se “a construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos”, “a dispersividade e a plasticidade dos enunciados ordinários” e “frases imprevisíveis, ‘trilhas em parte ilegíveis’”, pelo menos, para um ponto de vista (cf. Certeau, 1994, p. 40-45). Em todos, como afirma Roland Barthes, “as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos; são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa” (Barthes, 1992, p. 21).

Tomo apenas mais dois enunciados para mostrar como se dá o processo irônico e para demonstrar que a voz autoral se constrói de forma tripartida, agenciando enunciadores, um que o locutor refuta e o outro a que se assimila. Sejam eles os enunciados 2 e 3.

No enunciado 2, pode-se defender a existência de um locutor, que se apresenta como produtor do enunciado, o responsável por sua ocorrência, e, pelo menos, dois enunciadores: o que teria dito, de forma séria, *É de se lastimar que a massa – tosca e ignara não responda a estímulos de tão requintados métodos de gestão*, e o que, cético frente a este ponto de vista, põe sob suspeita a afirmação de que a massa é *tosca e ignara* e os métodos de gestão postos em prática, não tão *requintados*, nem política e administrativamente corretos.

No enunciado 3, da mesma forma, o leitor recebe a voz de um locutor que se apresenta como responsável pelo ato locutório *Ativeram-se, todos eles, aos velhos e obsoletos critérios de avaliação*, em que dois enunciadores, duas vozes polifonizam a sua, fazendo-a se tripartir e soar multivalente. Um dos enunciadores teria produzido um enunciado, enquanto centro de perspectiva e foco de sentido, crendo no que dizia, enquanto o locutor, ausentando-se, assim como os querubins de Ezequiel, assimila-se a outro enunciador, que não aceita categorizar os critérios de avaliação como velhos e obsoletos. Em ambos os casos, o

locutor “combina elementos audaciosamente reunidos para insinuar o *insight* de outra coisa na linguagem de um lugar e para atingir o destinatário” (Certeau, 1994, p. 101). É possível representar o que ocorre nos dois enunciados, a exemplo do que fiz com o primeiro, da seguinte forma:

E₁ (primeira voz): *É de se lastimar que a massa – tosca e ignara – não responda a estímulos de tão requintados métodos de gestão.*

E₂ (segunda voz): *Não há por que lastimar que a massa – inteligente – não responda a estímulos de tão despropositados métodos de gestão.*

L₁ (terceira voz): *A voz de **L**, que se representa no enuñciado como o seu produtor e que se assimila à segunda voz, pondo a primeira à distância.*

E₁ (primeira voz): *Ativeram-se, todos eles, aos velhos e obsoletos critérios de avaliação.*

E₂ (segunda voz): *Ativeram-se, todos eles, a critérios de avaliação absolutamente válidos.*

L₁ (terceira voz): *A voz de **L**, que se representa no enuñciado como o seu produtor e que se assimila à segunda voz, pondo a primeira à distância.*

A ironia, ao que tudo indica, não deve ser tomada como uma estratégia — no sentido retórico de cumprir uma intenção —, já que se vincula a condições sócio-históricas de produção, nem como refutação de um discurso produzido. A ironia é uma aposta, uma tática astuciosa, que põe na boca do outro palavras que não disse, mas que passam por terem sido ditas, enquanto também permite que o locutor negue ter dito o que disse: ela permite um jogo protetor, porque leva o leitor a inferir um efeito de sentido que deriva, aparentemente, da leitura que faz e não do projeto de significação do outro. Ela permite, acima de

tudo, que o locutor se imiscua na consciência do outro, supondo discursos e pensamentos, formulando-os como se o outro os tivesse enunciado e se pondo a uma distância descrente e derrisória com relação aos mesmos, mantendo aberta a possibilidade de negar que esteja sendo pejorativo ou usando de sarcasmo: afirmações que não foram produzidas (mas foram), críticas que não foram feitas (mas foram), o locutor, ocupando o lugar discursivo que lhe cabe, brinca de Deus, lê pensamentos, debocha e ridiculariza, embora mantenha uma expressão angelical.

Os enunciados irônicos “circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes até um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida” (Certeau, 1994, p. 97). Essa forma de insinuação na ordem de uma gramática, de uma sintaxe e de uma semântica cria frinchas e frestas, gera uma revolução no sentido que parecia esclerosado e submete o crível a um questionamento radical. Que toda ironia, ao questionar um efeito de sentido, ponha em dúvida uma crença, parece inquestionável. Agora é óbvio que este crível se situa em diferentes esferas da vida e saber qual é ele e por que ocorre é crucial, para perceber as novas — às vezes, muito velhas — formas de credibilidade que começam a se fazer desejo.

4. QUERUBINS ACIMA DO TEMPLO: A IRONIA E EZEQUIEL

Michel de Certeau, refletindo sobre a comunicabilidade social e o ar que torna uma sociedade possível, afirma que isto ocorre pelo fato de as autoridades responderem aos anseios e aos desejos da população, não apenas no sentido puramente material, mas também no sentido de corresponderem aos quadros de referência que ancoram uma cultura, conferindo legitimidade a suas ações “mediante as adesões e participações que ela organiza” (Certeau 1994, p. 28). Na medida em que as autoridades “não mais correspondem à geografia real do sentido” (p. 31), tendem a se esvaír e se tornarem rarefeitas, não restando senão edifícios que

parecem ostentar um poder e uma representatividade que não existe, eventualmente provocando o que se chama de “caça às bruxas”. Assim, a negação, a violência, a emigração, a nostalgia, o autoritarismo, a democracia, o desejo de futuro, a afronta, e, por que não dizer, a ironia não são menos do que a manifestação de que outra credibilidade está em marcha, revelando que “os dogmas, os saberes, os programas e as filosofias perdem sua credibilidade, sombras sem corpo que nem a mão, nem o espírito podem capturar e cuja evanescência irrita ou engana o gesto que ainda os procura” (Certeau 1994, p. 26). Enfim, a ironia, no caso, ligada a um texto político, parece dever ser lida na horizontalidade de uma intervenção que se faz vertical, questionadora, pejorativa,



Michel de Certeau
(1925-1986)

derrisória e reveladora de uma descrença instalada em relação a um poder constituído, que deixou de ser legítimo, que não se ancora num lastro de crença e que se asfixia por falta de convicção. Há uma piada que afirma que os políticos brasileiros se dividem em dois grupos: os que pensam que são Deus e os que têm certeza que são. Para ampliar este arco-íris e ter outras nuances para a surdez que parece campear entre eles, pode-se acrescentar que vivem num mundo etéreo ou não têm sensibilidade para perceber em que direção as novas credibilidades sopram: “seu poder funciona de modo a não se darem conta da vida secreta, das interrogações novas, das aspirações imensas cujo ruído se distancia a ponto de serem apenas um objeto de temor, de precauções e táticas” (Certeau, 1994, p. 32).

Julgo importante arrebanhar um conjunto de pontos de vista defendidos pelo texto, se bem que isso não deva ocorrer de forma exaustiva, para que a seção fique assegurada quanto à argumentação que acabo de alinhar. Além dos indícios indicados para as afirmações que faço, o leitor encontrará outros que corroboram (ou não) os efeitos de sentido defendidos.

Referindo-se à prefeita como *alcaidessa* (feminino de alcaide), pelo menos, dois efeitos de sentido são criados, ambos pejorativos e críticos: o que só ratifica que as palavras têm cheiro, sabor e memória. O primeiro, por meio do uso de um título de nobreza em desuso, um atributo que deixou de ser usado, atribui à prefeita um efeito de deslocamento, colocando-a fora do seu tempo, como se vivesse há dezenas de anos e que não conhece a história da realidade que a circunda. Dada a situação vivida por ela, financeiramente abastada e residente num bairro luxuoso de São Paulo, ela ainda viveria numa São Paulo sem os problemas que tem hoje. O segundo, por outro lado, pela mesma razão, a mostraria como pertencente a uma casta social, não podendo, pois, compreender problemas que não são parte do seu cotidiano: o seu seria um governo aristocrático e o seu filtro de leitura viria do viés dos mais abastados e não dos que precisam de *saúde, educação, habitação, transporte, cuidado com o lixo, etc.* Com este título, o autor vincula a prefeita a uma classe social e a uma visão histórica distinta da necessária para administrar a cidade de São Paulo. A sua seria uma gestão direcionada pelo olhar da aristocracia e da condição sócio-histórica vivida por quem nunca dependeu de serviços públicos para solucionar seus problemas. Deslocamento, incapacidade de percepção, governo focalizado, parada histórica, alienação e poder aristocrático: eis alguns efeitos vindos do uso de *alcaidessa*: uma prefeita paradoxal, para uma representante dos trabalhadores.

A administração da prefeita é caracterizada como uma *psicogestão*, que remete a sua formação acadêmica, lembrada por meio de um conjunto de indícios: *divã, psiquiatra, psicóloga, psique, catarse, carga simbólica, êxtase e neuróticos*. Tamanha ênfase num campo semântico que remete à área de conhecimentos dessa gestora não pode ser gratuita, como nada é gratuito em discurso. O responsável por administrar um órgão público como uma prefeitura deve conhecer, mesmo que de forma rudimentar, contabilidade, finanças, administração, arrecadação, burocracia e o órgão que vai gerenciar: um município. São estas as questões que o autor busca

demonstrar que a prefeita não domina, tanto que ela tenta a *transposição* – *de um campo a outro* do seu conhecimento, gerando *traumas e mal-entendidos*. As próprias iniciativas, *gesto de enorme carga simbólica, emblemática atitude e dia do psicodrama*, são vistas como deslocadas do eixo real do administrador público, que deveria se preocupar mais com a melhoria das necessidades básicas da população e não com *apelo catártico*, nem com *êxtase de cidadania*. O próprio título do texto faz com que o leitor infira o despreparo da prefeita para a atividade que deve realizar, ou seja: contrariamente ao dever de administrar a prefeitura e o município, ela submeteria a população à psicanálise e ao *conhecimento das suas próprias neuroses* (não sei por que insisto em ler a ambigüidade do possessivo como sendo usada de caso pensado). Vê-se, pois, repetida a afirmação de incompetência e de despreparo de Marta Suplicy para a tarefa que recebeu, ratificados pelos ditos de não saber *onde fica a toaleta*, em que casos se deve usar *memorandos* e o que quer dizer este *SMJ*, coisas triviais para quem pretende administrar o município de maior população do Brasil.

Chamo a atenção também para outros dois indícios. O primeiro se refere à passagem *requintados métodos de gestão* e o segundo, a *PT. Psicossaudações!* Parece ser mais usual a ocorrência de um sintagma que use *requintado* para método de tortura (um assassinato pode ter “*requintes de crueldade*”) do que para de gestão. Por meio da trapaça com uma seqüência relativamente cristalizada e pela colocação de outro termo na seqüência previsível, o autor desqualifica as atividades propostas pela prefeita e as categoriza como tortura e produtoras de sofrimento. A sua voz se pretende, pois, capaz de retirar a população da condição de transe, êxtase e catarse e de fazê-la ver os seus problemas, pois querem psicanalisá-la, fazê-la compreender seus traumas e aceitá-los, eximindo de culpa o responsável.

Por outro lado, após o término de um texto, é comum aparecer a expressão PS (*post scriptum*) e não PT. Essa estratégia permite que o autor do texto consiga criar o efeito de uma asseveração como *este é o PT, assim governa o PT, não se poderia esperar outra coisa*

do PT. Por meio de uma reflexão generalizante, ele transfere para o Partido dos Trabalhadores, desqualificando-o, traços que julga poderem ser atribuídos a um de seus eleitos, dando voz ao discurso difundido de que o partido sabe ser oposição, mas não governo. Enfim, o governo de uma alcaidessa, aristocrata e arcaica, de uma psicóloga, alienante e despreparada, e de uma torturadora, paradoxo para um partido que lutou contra a ditadura e seus métodos, só poderia efetivamente obter da população e da mídia avaliações negativas e reclamações. É claro que o autor do texto, ao fazer as avaliações que faz, ao produzir as críticas que produz, como espero ter demonstrado por meio da percepção da sua como uma voz tripartida, ocupa uma posição social, a representa e a ancora no seu discurso: é muito provável que ele não tenha votado em Marta Suplicy nem quando ela se elegeu prefeita, nem quando perdeu a eleição para José Serra: com mais certeza, na segunda ocasião. Ou seja, ele ocupa uma posição e um ponto de vista político que se posiciona contra a administração de Marta Suplicy e essa posição não é uma opinião de caráter individual e subjetivo, embora o texto seja seu enquanto locutor e as estratégias encontradas para processá-lo revelem um trabalho de autoria. Entretanto, para os propósitos presentes, que é relacionar ironia, política e perda de credibilidade, este aspecto da discussão terá que ficar à sombra. Importa mais a demonstração do que a sua atividade revela: a perda de um lastro de credibilidade e a ironia como estratégia reveladora desse fato.

Não se perca de mira que a prefeita pertence ao Partido dos Trabalhadores, que se diz popular, preocupado com as causas sociais e atento aos necessitados. O autor, no entanto, estrategicamente, ou justamente por isso, simula que ela estaria usando termos demeritórios com relação à população, tachando-a de *massa tosca e ignara, plebe rude e mesquinha e feio é o povo*. Parece óbvio que a administradora não teria dito isso, mas, para o procedimento irônico, isto não importa. A atribuição de tais formas de percepção por parte da prefeita em relação à população faz o texto criar efeitos de sentido importantes.

O primeiro deles, a criação de um paradoxo entre um representante do povo e a visão que o mesmo teria dele, gerando um desencontro entre o seu dever de gerenciar recursos públicos em favor de um segmento social e o preconceito com relação a ele, o que levaria ao descumprimento do princípio programático do partido. Por outro lado, tais formas de concepção viriam da atribuição de distanciamento entre o mundo da ciência (psicologia) e a vida cotidiana, que *só pensa em posto de saúde, ônibus e buraco de rua*, aparentemente dados como inconciliáveis, uma vez que o povo não teria entendido as iniciativas da prefeita e nem ela, a *plebe*, termo pejorativo, usado de forma não gratuita no discurso (ver o uso de *alcaldessa*).

Neste movimento de fazer passar por enunciados do outro, através do uso da ironia, ditos que não devem ter sido produzidos, o articulista chega a caricaturar o seu herói, fazendo-o enunciar dizeres que beiram o *nonsense*. Vejam-se os enunciados 3 e 10. Categorizar como *velhos e obsoletos critérios de avaliação* querer que a cidade deixe de ser esburacada, que a máquina administrativa seja enxuta e que promessas de campanha sejam cumpridas e criticar o fato de as pessoas só pensarem em posto de saúde, ônibus e buracos de rua é não ter consciência de por que existe administração pública e por que a população paga impostos. No intuito, portanto, de desmerecer a prefeita de São Paulo, por meio do uso do *nonsense*, o autor obtém o efeito de sentido de que ela não tem consciência do que deveria estar fazendo.

Considero, ainda, um último aspecto, aliás interessantíssimo (estou me permitindo este avaliativo): ele diz respeito à expressão que ocorre no enunciado 1, *intrigas da oposição*, que remete, intertextualmente, à desculpa clichê dos políticos, quando recebem críticas, não admitindo que o outro possa estar fazendo uma afirmação pertinente: uma permanente teoria da conspiração pairaria nos céus, ameaçando a posição ocupada no bando. Se há crítica, ela vem da oposição que ambiciona o poder e nunca é algo objetivo e digno de atenção: *a que partido ele pertence* é a pergunta que se faz. Ao se valer da expressão, o autor mostra antever a resposta pronta e imediata que será

dada ao seu texto: apenas uma intriga da oposição. Ao demonstrar que tem consciência da provável reação do interlocutor, o autor busca desmontar, por antecipação, este movimento argumentativo, pretendendo criar um efeito de pertinência e relevância para o seu discurso, descartando a possibilidade de que se deva a críticas gratuitas ou a uma provável ambição de poder.

A estas alturas, talvez, a pergunta sobre o que estaria acontecendo no momento da produção do texto devesse ser a quem dar razão sobre os fatos mencionados: estaria o autor sendo conspirador, almejando o poder e se fazendo porta-voz de uma visada política: seria ele de direita? Estaria a prefeita sendo perseguida e criticada em suas iniciativas, por alguma possível ambição de poder de um outro grupo? Seria ela vítima ou vilã? O autor não estaria produzindo mais do que intrigas da oposição? A não-aceitação popular das iniciativas da prefeita revelariam o seu desajuste e despreparo para administrar a prefeitura de São Paulo? Não se trata de tomar partido em relação a estas questões, já que a proposta é, apenas, refletir sobre uma das facetas de uso da ironia: o indicativo de que a credibilidade política que sustentou um candidato começa a ruir, que os querubins começam a transportar para fora de Jerusalém o ar que tornava a sociedade respirável e que “somente um acordo espiritual, enfim, confere legitimidade ao exercício de um poder” (Certeau, 1995, p. 37). A não-reeleição de Marta Suplicy talvez tenha sido só o resultado da incapacidade de ouvir o crível sussurrado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ironia, como espero ter demonstrado, é, em primeiro lugar, a evidência da perda de um solo comum de crença, isto é, ela manifesta a perda do terreno comum de credibilidade, por onde os interlocutores podiam trafegar e se fazer entender, comungando metas, ideais e projetos. Depois disso, no caso do discurso político, é a evidência de que a sustentação que permitiu alcançar o poder começa a ruir, restando apenas edifícios em que o ar, tornando-se rarefeito, exilou o espírito que o habitava.

Esta credibilidade, para Roland Barthes, tem na língua um dos fatores para que as forças de asseveração e repetição se façam. Para ele, ela “não é nem reacionária, nem progressista: ela é simplesmente: fascista, pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 2000, p. 14). Assim, todo signo tende a ser seguidor, “gregário: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua”. Frente a ela, “servidão e poder se confundem inelutavelmente” (Barthes, 2000, p. 14). Para o autor, porém, este fascismo, antes do que submeter a prática da escritura a uma submissão sem falhas, encontra no jogo e na trapaça com o plano do significante as maneiras de irradiar novas luzes e outras miradas sobre objetos já discursivizados. A escritura tem uma força corrosiva, já que permite “jogar com os signos em vez de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas” (Barthes, 2000, p. 28-29). Penso que seja esta a atividade realizada, de maneira bastante interessante, no texto que acabo de analisar.

Imiscuindo-se na ordem lingüística estabelecida, em enunciados pautados num conhecimento tido como científico, em afirmações que teriam o mundo empírico como suporte, o autor, por meio da ironia, faz rangerem efeitos de sentido estabilizados e desopacifica usos languageiros cristalizados, fazendo com que a sua passagem autoral gere rastros no texto e não possa não ser percebida pelo leitor: ele cria uma profusão de sentidos, dá sabor e sal às palavras, põe sob descrença um poder instituído, aligeirando-o e o tornando menos crível, pomposo e seguro. Brincando com a língua e, conseqüentemente, com o poder que ela possui e com o poder a que ela serve de instrumento, ele faz vozes múltiplas serem ouvidas concomitantemente, num jogo de mostrar e esconder, de se mostrar e se esconder, realizando com êxito a atividade de expor uma visão de mundo e de administração pública ao ridículo. Aproveitando-se do fato de que as palavras são portadoras de delicadeza e meiguice, mas também de fel, que, mesclado ao riso ferino da ironia, agride e fere os sentidos, ele se marca autoralmente, impõe sobre o herói o jugo da sua sentença e marca indelevelmente a existência

da derrocada de um espírito que, tendo já sustentado Jerusalém sobre os seus ombros, agora, salta sobre os muros, busca outras paragens e produz emigrados que vão buscar guarida noutras paragens. Para quem sabe ler estes sinais e lhes dar a devida atenção, sempre se faz possível reconstruir o caminho, atendendo às credibilidades que se tornam atuais ou então, para os “iluminados”, sempre restam edifícios, templos, arquiteturas ocas e, como não podia de ser, o recurso da “caça às bruxas”.

T & M

Texto recebido em outubro de 2004.

Aprovado para publicação em dezembro de 2004.

6. SOBRE O AUTOR:

João Carlos Cattelan é Doutor em Lingüística pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara. Professor do Curso de Letras na Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon. Endereço eletrônico: cattelan@brturbo.com.br.

7. REFERÊNCIAS:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- . *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 6. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- . *A cultura no plural*. Trad. Eni Abreu Dobránszky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- ECO, Umberto. *A obra aberta*. Trad. Giovanni Cutolo. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- . *O signo de três*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- . *Lector in fabula*. Trad. Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- . *Interpretação e superinterpretação*. Trad. Martins Fontes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- . *As formas do conteúdo*. Trad. Pérola de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.